



Da flexibilização curricular a um currículo europeu?

As medidas aqui enunciadas...

Sete países europeus, Áustria, Portugal, República Checa, Itália, França, Roménia, e Espanha, subscreveram, no final de Setembro, em Florença, uma declaração de princípios, tendo em vista fazer face a alguns dos problemas comuns às escolas da Europa. Os principais problemas identificados são as dificuldades de integração de alguns grupos de alunos, as dificuldades dos professores em assumir os novos papéis que a escola exige, a violência e a indisciplina.

A "Declaração de Florença" que os sete países referidos desejam ver subscreta por maior número de países europeus, contempla a criação de um "espaço europeu de conhecimento". Uma das medidas prioritárias é mesmo a definição de níveis de conhecimento e competências que no final do ensino obrigatório devem ter sido adquiridos pelos alunos.

Mas na mesma declaração pode ler-se, segundo a notícia, que "os países devem assumir 'procedimentos de avaliação que sejam transparentes e comparáveis', sobretudo porque esta é a forma efectiva e menos onerosa de melhorar a educação e comparar os investimentos com os resultados obtidos. Através de um sistema de avaliação bem montado, acrescenta o documento, facilita-se o diálogo entre os diferentes sistemas educativos, bem como a sua comparação. A adopção de medidas de apoio aos alunos ou necessidades educativas especiais é outro dos pontos. As respostas que a escola deve dar são consensuais: igualdade de oportunidades para todos os estudantes, equidade e eticidade, aprendizagem ao longo da vida. Mais: formar cidadãos europeus, que dominem as línguas, mas que tenham também altos níveis de conhecimentos em Matemática, Ciências, Informática..."

Uma questão que se poderá colocar é em que medida as preocupações políticas de comparação de sistemas educativos não poderá trair as melhores intenções desta Declaração. Já temos assistido a comparações entre sistemas de diferentes países realizados exclusivamente com base em avaliações externas, onde são usados questionários ou testes standardizados que em nada contemplam as diferenças intrínsecas de cada país. Este tipo de avaliações, ao contrário do que dizem pretender, podem

EDUCAÇÃO

Declaração assinada por Portugal em Florença visa melhorar educação dos cidadãos

Orientações para

Andreia Sanchez
Para formar cidadãos da Europa, para assegurar a eficácia dos sistemas educativos, para promover a autonomia das escolas, para criar meios de avaliação do desempenho que possam ser comparados entre diferentes sistemas de ensino, os sete ministros da Educação subscreveram uma declaração de princípios. Desta vez é o ensino básico que está no centro das atenções.



São João ou... assinam o compromisso de aprofundar um sistema de avaliação coerente das escolas do ensino básico

Áustria, Portugal, República Checa, Itália, França, Roménia e Espanha comprometem-se a definir níveis de conhecimento e competências que, no final do ensino obrigatório, devem ter sido adquiridos pelos alunos. Mas esta é apenas a primeira de várias medidas que "os sete" consideram prioritárias. Programas e manuais escolares possuem ou incluir, sempre que possível, uma componente que permita dar a conhecer aos jovens as raízes culturais comuns aos diferentes países. Tudo, sublinha-se, respeitando a responsabilidade dos Estados membros na definição dos conteúdos leccionados na organização dos seus sistemas educativos. A primeira reunião de ministros da Educação para debater estas questões terá organizada por Portugal.

Esta é a segunda declaração assinada num espaço de um ano, tendo em vista o desenvolvimento de um "espaço europeu de conhecimento". Em Junho, 29 estados deram o seu aval àquela que ficou conhecida por Declaração de Bolonha. Um documento onde se comprometem a desenvolver, a curto prazo, políticas que contribuam para a consolidação de um espaço europeu de ensino superior.

O processo não foi isento de polémica face a uma primeira versão que, por iniciativa da França, falava da necessidade de harmonizar os graus académicos atribuídos em cada país. (Claro que críticos, principalmente em português, pela voz do ministro Marçal Grilo. A "harmonização" esta o foi substituída por "compatibilização". E o nome foi o suficiente para recolher 29 assinaturas.)

Um número bem inferior de subscrevimentos tem a "Declaração de Florença", dedicada ao ensino não superior. Daí que o objetivo seja agora fazer com que seja assinada pelos mesmos países que subscreveram a declaração de Bolonha, explicou ao PÚBLICO o titular da pasta da Educação portuguesa. Os principais problemas estão detetados — as difi-

Mas não só: os países devem assumir "procedimentos de avaliação que sejam transparentes e comparáveis", sobretudo porque esta é a forma efectiva e menos onerosa de melhorar a educação e comparar os investimentos com os resultados obtidos. Através

idades de integração de alguns grupos de alunos e os professores que se confrontam com a necessidade de assumir um papel que já não é o mesmo de há alguns anos atrás, a violência e a indisciplina. A palavra autonomia aparece no topo da lista das prioridades a fazer — é necessário "explorar" o seu potencial", lembrando que "os professores" (dos professores) é uma pré-condição da autonomia das escolas. Daí a importância de promover padrões profissionais, que não os docentes, que para além de garantir o estabelecimento do ensino. Mas não só os países devem assumir "procedimentos de avaliação que sejam transparentes e comparáveis", sobretudo porque esta é a forma efectiva e menos onerosa de melhorar a educação e comparar os investimentos com os resultados obtidos. Através de um sistema de avaliação bem montado, acrescenta o documento, facilita-se o diálogo entre os diferentes sistemas educativos, bem como a sua comparação. A adopção de medidas de apoio aos alunos ou necessidades educativas especiais é outro dos pontos. As respostas que a escola deve dar são consensuais: igualdade de oportunidades para todos os estudantes, equidade e eticidade, aprendizagem ao longo da vida. Mais: formar cidadãos europeus, que dominem as línguas, mas que tenham também altos níveis de conhecimentos em Matemática, Ciências, Informática... ■

...aumentar o desprestígio da profissão docente e denegrir ainda mais a imagem das escolas e dos professores. Importa encontrar mecanismos de regulação onde os professores e as escolas desempenhem um papel importante. Além disso, a melhoria da qualidade de ensino não passa por medidas decretadas num papel mas sim, acreditamos, por um investimento na responsabilização profissional do professor e na autonomia das escolas. Estes dois aspectos são, aliás, objecto de atenção na própria Declaração, que os coloca no topo da lista das melhorias a fazer.

Embora tenha sido sublinhado o respeito pela responsabilidade dos estados membros na definição dos conteúdos e na organização dos seus sistemas educativos, esta medida parece sugerir a ideia da criação de um currículo comum para a Europa.

Na "Declaração de Bolonha", assinada em Junho deste ano, com intenções semelhantes para o ensino superior, a França pretendia harmonizar os graus académicos atribuídos em cada país. Marçal Grilo fez com que a ideia de harmonização fosse substituída pela de compatibilização, reunindo um consenso de 29 estados. Esperemos que na próxima reunião, que será organizada por Portugal, o nosso representante esteja igualmente atento e não sacrifique a tão desejada flexibilização curricular portuguesa à criação de um currículo europeu que comprometa os esforços que o nosso país ensaia nesta matéria.

Ana Paula Canavaro
Universidade de Évora
Fátima Alonso Guimarães
E.B. 2, 3 de Telheiras

Público, 2 de Outubro, 1999